



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 10 – Nº 01

Janeiro de 2009

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

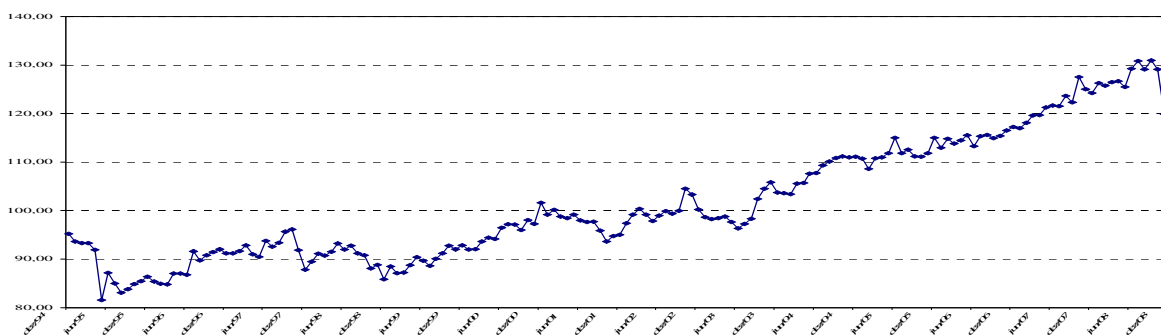
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)
1994 Dez	95,2	-	-	7,6
1995 Dez	86,4	-	-	1,8
1996 Dez	91,2	-	-	1,7
1997 Dez	87,8	-	-	3,9
1998 Dez	85,8	-	-	-2,0
1999 Dez	92,8	-	-	-0,7
2000 Dez	101,6	-	-	6,6
2001 Dez	95,0	-	-	1,6
2002 Dez	100,3	-	-	2,7
2003 Dez	103,7	-	-	0,0
2004 Dez	111,1	-	-	8,3
2005 Dez	114,9	-	-	3,1
2006 Dez	117,3	-	-	2,8
2007 Dez	124,9	6,5	-0,2	6,0
2008 Jan	126,3	8,0	1,6	6,3
2008 Fev	125,7	6,5	-0,4	6,8
2008 Mar	126,5	5,7	0,6	6,6
2008 Abr	126,7	5,9	0,2	7,0
2008 Mai	125,5	3,5	-0,9	6,7
2008 Jun	129,3	6,3	3,0	6,7
2008 Jul	130,8	7,7	1,2	6,9
2008 Ago	129,1	4,4	-1,3	6,4
2008 Set	130,9	7,1	1,4	6,8
2008 Out	129,1	1,2	-1,4	5,9
2008 Nov	119,9	-4,1	-7,2	4,8
2008 Dez	105,0	-15,5	-12,4	3,1

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2007					
Jan	nd	nd	9,3	10,1	14,4
Fev	nd	nd	9,9	10,6	15,3
Mar	nd	nd	10,1	11,5	15,9
Abr	nd	nd	10,1	11,6	16,3
Mai	nd	nd	10,1	11,2	15,5
Jun	nd	nd	9,7	10,2	14,9
Jul	nd	nd	9,5	10,3	15,0
Ago	nd	nd	9,5	10,1	15,0
Set	nd	nd	9,0	9,4	15,1
Out	nd	nd	8,7	9,5	14,4
Nov	nd	nd	8,2	8,8	14,2
Dez	nd	nd	7,4	8,0	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9
Jul	nd	nd	8,1	8,3	14,1
Ago	nd	nd	7,6	8,0	14,0
Set	nd	nd	7,6	8,0	13,5
Out	nd	nd	7,5	7,7	12,5
Nov	nd	nd	7,6	8,2	12,3
Dez	nd	nd	6,8	7,1	11,8

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em dezembro de 2008, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 6,8%, verificando-se uma queda de 0,8 pontos percentuais (p.p.) em relação a novembro de 2008. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 0,6 (p.p.). Em São Paulo, a taxa obteve queda de 1,1p.p. entre os meses de novembro (8,2%) e de dezembro (7,1%) no ano de 2008. Quando comparado com dezembro de 2007, foi verificou-se queda de 0,9 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu queda de 0,2p.p. entre os meses de outubro (12,5%) e novembro (12,3%) de 2008. A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 0,5 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

		Ocupados ²		Assalariados ³	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴
1998	Nov	1.721	73,8	1.764	72,4
1999	Nov	1.591	68,3	1.632	66,9
2000	Nov	1.556	66,7	1.553	63,7
2001	Nov	1.340	57,5	1.384	56,7
2002	Nov	1.236	53,0	1.267	52,0
2003	Nov	1.234	52,9	1.306	53,6
2004	Nov	1.211	52,0	1.299	53,3
2005	Nov	1.224	52,5	1.317	54,0
2006	Nov	1.224	52,5	1.291	52,9
2007					
	Nov	1.226	52,6	1.287	52,8
	Dez	1.205	51,7	1.263	51,8
2008					
	Jan	1.201	51,5	1.256	51,5
	Fev	1.212	52,0	1.274	52,2
	Mar	1.258	54,0	1.333	54,7
	Abr	1.258	54,0	1.340	55,0
	Mai	1.262	54,1	1.344	55,1
	Jun	1.233	52,9	1.311	53,8
	Jul	1.210	51,9	1.264	51,8
	Ago	1.229	52,7	1.260	51,7
	Set	1.217	52,2	1.237	50,7
	Out	1.223	52,4	1.253	51,4
	Nov	1.192	51,1	1.248	51,2

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	69,2	11.323,2	4,2	83,8
1995	705,6	4,2	72,1	11.619,9	2,6	86,0
1996	844,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1997	939,1	3,4	76,2	11.903,0	1,8	88,1
1998	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1999	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
2000	1.179,5	4,3	79,7	11.906,2	2,8	88,1
2001	1.302,1	1,3	80,7	11.885,9	-0,2	87,9
2002	1.477,8	2,7	82,9	12.024,1	1,2	89,0
2003	1.699,9	1,1	83,8	11.985,7	-0,3	88,7
2004	1.941,5	5,7	88,6	12.489,4	4,2	92,4
2005	2.147,2	3,2	91,4	12.702,1	1,7	94,0
2006	2.332,9	3,8	94,9	12.996,5	2,3	96,1
2007	2.558,8	5,4	100,0	13.517,3	4,0	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008								2009		12 meses		
														Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez	Jan
IGP-DI	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	0,4	0,7	1,1	1,9	1,9	1,1	-0,4	0,4	1,1	0,1	-0,4	0,0	8,0
IGP-M	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	0,5	0,7	0,7	1,6	2,0	1,8	-0,3	0,1	1,0	0,4	-0,1	-0,4	8,1
IPC-DI	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	0,0	0,5	0,7	0,9	0,8	0,5	0,1	-0,1	0,5	0,6	0,5	0,8	5,9
IPA-DI	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	0,5	0,8	1,3	2,2	2,3	1,3	-0,8	0,4	1,4	-0,2	-0,9	-0,3	8,3
IPA-OG-ag	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	-0,2	0,5	0,1	2,5	3,9	1,1	-5,1	-0,5	0,0	-0,6	-1,3	2,1	2,1
IPA-OG-in	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	0,8	0,9	1,8	2,1	1,7	1,3	0,9	0,8	1,9	0,0	-0,7	-1,2	10,7
INPC	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	0,5	0,5	0,6	1,0	0,9	0,6	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3	0,6	6,4
IPCA	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	0,5	0,5	0,6	0,8	0,7	0,5	0,3	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5	5,8
IPC-Fipe	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	0,2	0,3	0,5	1,2	1,0	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,2	0,5	6,1
ICV	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	0,0	0,5	0,4	0,9	1,0	0,9	0,3	0,1	0,4	0,5	0,1	nd	5,2

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima se observa que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma leve alta na sua taxa de variação de -0,9%, em dezembro, para -0,3%, em janeiro. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,0% em dezembro. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou alta na sua taxa de variação de 0,5%, em dezembro, para 0,8%, em janeiro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou alta de 0,2 p.p., verificando taxa de 0,5% no mês de janeiro. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou alta de 0,3 p.p., verificando taxa de 0,6% no mês de janeiro.

Em dezembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação taxa de 0,1%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	269,2	30,7	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	660,9	48,4	881,1	50,5	913,1	52,4	957,0	47,0	1.002,5	46,5	1.067,4	44,7	1.150,	42,7	1.069,6	36,0
1.1 Governo federal e Bacen	128,4	14,7	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,3	728,3	24,5
1.2 Governos estaduais ²	93,3	10,7	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,0	359,6	12,1
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8	55,4	1,9
1.4 Empresas Estatais	47,4	5,4	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5	-73,7	-2,5
2 Dívida interna líquida	237,6	27,1	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	530,0	38,8	654,3	37,5	726,7	41,7	818,1	40,2	952,2	44,1	1.130,9	47,4	1.393,1	51,7	1.488,8	50,1
2.1 Governo federal e Bacen	115,7	13,2	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,3	1.085,0	36,5
2.2 Governos estaduais ²	90,3	10,3	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,6	343,5	11,6
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	52,9	1,8
2.4 Empresas Estatais	31,5	3,6	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0	7,4	0,3
3. Dívida externa líquida	31,6	3,6	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	130,8	9,6	226,8	13,0	186,5	10,7	138,9	6,8	50,3	2,3	-63,5	-2,7	-242,8	-9,0	-419,2	-14,1
3.1 Governo federal e Bacen ³	12,7	1,5	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0	-356,7	-12,0
3.2 Governos estaduais ²	3,0	0,3	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1
3.4 Empresas Estatais	15,9	1,8	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5	-81,1	-2,7

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou dezembro de 2008 em R\$ 1.069,6 bilhões, o que representou 36,0% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	45,7	5,4	53,2	5,7	72,5	7,4	96,2	9,0	49,3	4,2	72,1	4,8	138,3	9,4	56,3	3,3	43,8	2,3	59,1	2,7	67,7	2,9	57,9	2,3	44,3	1,5
1.1 Governo federal e Bacen ³	19,9	2,4	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9
1.2 Governos estaduais ⁵	21,1	2,5	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2
1.4 Empresa/s Estatais	4,7	0,6	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6	-15,8	-0,6
2 Juros nominais ²	45,0	5,3	44,9	4,8	72,6	7,4	127,2	12,0	87,4	7,4	105,6	8,1	190,7	12,9	122,5	7,2	124,9	6,4	152,6	7,1	157,8	6,8	159,5	6,3	162,3	5,6
2.1 Governo federal e Bacen ³	22,9	2,7	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7	96,2	3,3
2.2 Governos estaduais ⁵	16,8	2,0	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3	10,1	0,4
2.4 Empresas Estatais	5,3	0,6	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1	0,4	0,0
3. Primário ⁴	0,7	0,1	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-52,4	-3,6	-66,2	-3,9	-81,1	-4,2	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0	-118,0	-4,1
3.1 Governo federal e Bacen ³	-2,9	-0,3	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5
3.2 Governos estaduais ⁵	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2
3.4 Empresas Estatais	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5	-16,2	-0,6

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em dezembro, foi de R\$ 44,3 bilhões, o que representou 1,5% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR – Imposto Territorial Rural** – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal** – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios** – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação – Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação** – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro – Imposto sobre Operações Financeiras Ouro** – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX – Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações** – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2008 até dezembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	1.311.970	0	162.193	1.087	275	5.780	8.885	1.490.191
Alagoas	1.595.419	0	147.164	10.036	7.789	34.832	16.862	1.812.101
Amazonas	1.070.132	25	135.972	12.038	30.877	30.868	19.269	1.299.181
Amapá	1.308.519	151	181.835	4.855	1.470	5.914	7.150	1.509.893
Bahia	3.603.489	0	544.293	44.393	154.219	102.771	76.614	4.525.778
Ceará	2.813.737	20	269.149	19.455	19.329	27.011	41.473	3.190.174
Distrito Federal	264.695	0	57.632	12.896	1.739	7.180	22.462	366.604
Espírito Santo	575.257	0	88.326	50.922	98.832	154.796	25.462	993.595
Goiás	1.090.343	0	224.381	15.942	29.230	98.897	57.756	1.516.549
Maranhão	2.768.215	13	329.163	20.052	26.021	67.238	35.956	3.246.658
Minas Gerais	1.708.323	0	709.340	154.130	264.210	350.548	131.863	3.318.414
Mato Grosso do Sul	510.829	0	91.600	14.747	13.219	41.969	30.072	702.435
Mato Grosso	885.091	265	151.109	23.182	27.307	223.124	33.575	1.343.653
Pará	2.343.982	604	386.407	52.121	111.682	164.257	35.716	3.094.770
Paraíba	1.836.567	3	228.369	3.434	5.208	9.990	21.589	2.105.159
Pernambuco	2.646.261	0	367.953	17.745	14.661	29.761	40.399	3.116.779
Piauí	1.657.278	0	171.948	3.603	617	5.248	23.831	1.862.525
Paraná	1.105.721	3	393.256	120.428	215.888	166.291	80.202	2.081.788
Rio de Janeiro	585.880	77	143.167	70.053	317.879	164.917	60.985	1.342.960
Rio Grande do Norte	1.602.245	1	185.757	4.325	4.604	18.627	23.170	1.838.730
Rondônia	1.079.796	124	133.198	2.979	4.770	14.516	15.501	1.250.884
Roraima	951.361	17	137.594	457	106	1.898	8.055	1.099.486
Rio Grande do Sul	903.077	0	383.286	119.973	266.114	173.569	69.470	1.915.491
Santa Catarina	490.810	0	200.606	42.895	151.477	99.250	43.909	1.028.948
Sergipe	1.593.578	0	152.345	2.992	2.172	11.340	14.150	1.776.576
São Paulo	383.505	23	647.610	371.965	442.656	416.286	222.443	2.484.488
Tocantins	1.664.411	0	220.873	940	929	13.095	22.959	1.923.209
Total	38.350.492	1.327	6.844.529	1.197.648	2.213.278	2.439.971	1.189.775	52.237.019

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2008 até dezembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	222.170	0	91.020	362	92	224	1.927	2.962	318.757
Alagoas	1.005.929	0	359.330	3.345	2.596	685	11.611	5.621	1.389.116
Amazonas	623.167	58	165.469	4.013	10.292	550	10.289	6.423	820.261
Amapá	162.918	352	62.584	1.618	490	250	1.971	2.383	232.567
Bahia	3.848.653	1	1.215.350	14.798	51.406	7.532	34.257	25.538	5.197.535
Ceará	2.209.336	46	848.730	6.485	6.443	1.090	9.004	13.824	3.094.958
Distrito Federal	70.026	0	0	0	580	714	0	0	71.320
Espírito Santo	729.624	0	156.348	16.974	32.944	1.797	51.599	8.487	997.773
Goiás	1.535.764	0	209.311	5.314	9.743	12.221	32.966	19.252	1.824.571
Maranhão	1.765.767	30	975.430	6.684	8.674	2.020	22.413	11.985	2.793.002
Minas Gerais	5.554.637	0	545.436	51.377	88.070	20.230	116.849	43.954	6.420.553
Mato Grosso do Sul	643.856	0	101.546	4.916	4.406	18.538	13.990	10.024	797.275
Mato Grosso	772.757	619	129.556	7.727	9.102	14.606	74.375	11.192	1.019.933
Pará	1.525.621	1.410	810.785	17.374	37.227	3.461	54.752	11.905	2.462.535
Paraíba	1.366.353	6	323.938	1.145	1.736	560	3.330	7.196	1.704.263
Pernambuco	2.121.001	0	531.294	5.915	4.887	1.219	9.920	13.466	2.687.703
Piauí	1.052.781	0	360.547	1.201	206	1.343	1.749	7.944	1.425.770
Paraná	2.873.319	6	320.141	40.143	71.963	18.579	55.430	26.734	3.406.315
Rio de Janeiro	1.251.770	180	240.120	23.351	105.960	2.028	54.972	20.328	1.698.711
Rio Grande do Norte	1.067.224	2	250.571	1.442	1.535	529	6.209	7.723	1.335.234
Rondônia	370.836	290	106.428	993	1.590	1.337	4.839	5.167	491.479
Roraima	145.341	39	44.532	152	35	192	633	2.685	193.608
Rio Grande do Sul	2.873.195	1	307.984	39.991	88.705	17.709	57.856	23.157	3.408.597
Santa Catarina	1.644.381	0	184.512	14.299	50.492	3.324	33.083	14.636	1.944.727
Sergipe	630.852	0	212.915	997	724	584	3.780	4.717	854.569
São Paulo	5.590.942	54	482.921	123.988	147.552	34.878	138.762	74.148	6.593.245
Tocantins	643.432	1	157.104	313	310	2.265	4.365	7.653	815.443
Total	42.301.648	3.095	9.193.901	394.918	737.759	168.464	810.930	389.104	53.999.819

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	232,7
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	356,0
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	529,0
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	713,6
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	889,3
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	949,5
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.075,7
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.160,9
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.049,5
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.106,5
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.075,8
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.242,5
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.377,9
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.509,5
2008				
Jan	1.455,1	0,0	1.455,1	1.572,1
Fev	1.464,5	0,0	1.464,5	1.576,3
Mar	1.479,0	0,0	1.479,0	1.580,8
Abr	1.491,2	0,0	1.491,2	1.576,1
Mai	1.489,4	0,0	1.489,4	1.545,2
Jun	1.507,5	0,0	1.507,5	1.535,0
Jul	1.534,9	0,0	1.534,9	1.545,6
Ago	1.531,1	0,0	1.531,1	1.547,6
Set	1.537,7	0,0	1.537,7	1.548,7
Out	1.557,8	0,0	1.557,8	1.552,1
Nov	1.546,4	0,0	1.546,4	1.539,6
Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.596,8

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	2007 ¹			2008 ¹		
									Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	145,5	152,6	154,3	162,6	164,3	163,9
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	73,3	71,8	70,3	69,5	69,0	67,3
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	72,2	80,8	84,1	93,1	95,3	96,6
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	45,9	42,8	39,2	39,0	41,3	47,5
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	45,9	42,8	39,2	39,0	41,3	47,5
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	191,4	195,3	193,6	201,6	205,5	211,4
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	73,3	71,8	70,3	69,5	69,0	67,3
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	118,1	123,6	123,3	132,1	136,5	144,1

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

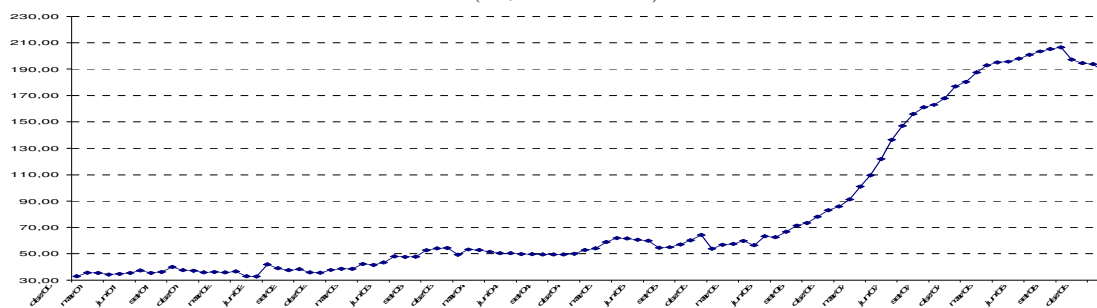
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007 Dez		180,3
2008		
	Jan	187,5
	Fev	192,9
	Mar	195,2
	Abr	195,8
	Mai	197,9
	Jun	200,8
	Jul	203,6
	Ago	205,1
	Set	206,5
	Out	197,2
	Nov	194,7
	Dez	193,8
2009		
	Jan	188,1

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007		
Jan	2,12	2,76
Fev	2,12	2,80
Mar	2,05	2,74
Abr	2,03	2,78
Mai	1,93	2,60
Jun	1,93	2,61
Jul	1,88	2,57
Ago	1,96	2,68
Set	1,84	2,62
Out	1,74	2,52
Nov	1,78	2,62
Dez	1,77	2,61
2008		
Jan	1,76	2,62
Fev	1,68	2,56
Mar	1,75	2,76
Abr	1,69	2,64
Mai	1,63	2,54
Jun	1,59	2,51
Jul	1,57	2,44
Ago	1,63	2,40
Set	1,91	2,69
Out	2,12	2,69
Nov	2,33	2,96
Dez	2,34	3,24
2009		
Jan	2,32	2,97

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em janeiro de 2009 sua cotação em R\$ 2,34. Com isso, verificou-se uma queda de 0,9% em relação ao mês anterior.

Comparando janeiro de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma alta de 31,6%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,5	16.403,7	1,9	17.318,2	2,0
2007						
Jan – Dez	1.460,6	0,2	17.086,1	1,9	23.599,7	2,7
Jan	-369,5	-0,4	1.800,3	1,8	1.468,7	1,5
Fev	376,0	0,4	1.375,9	1,4	1.051,5	1,1
Mar	234,9	0,2	1.184,0	1,1	1.834,6	1,7
Abr	1.806,0	1,7	1.312,5	1,2	1.314,1	1,2
Mai	-150,6	-0,1	1.100,6	1,0	3.294,2	3,0
Jun	541,0	0,5	1.460,5	1,3	1.843,9	1,7
Jul	-823,1	-0,7	1.904,1	1,7	2.130,7	1,9
Ago	1.291,3	1,1	1.135,2	1,0	1.411,0	1,2
Set	410,7	0,4	1.428,0	1,3	1.739,8	1,6
Out	-152,5	-0,1	1.363,9	1,2	2.212,3	1,9
Nov	-1.305,1	-1,1	1.213,7	1,0	2.161,9	1,9
Dez	-398,5	-0,4	1.807,4	1,6	3.137,0	2,8
2008						
Jan – Nov	-28.299,5	-3,2	17.471,5	2,0	35.416,1	4,0
Jan	-4.028,3	-3,2	2.241,9	1,8	3.049,8	2,4
Fev	-1.881,8	-1,5	1.443,2	1,2	1.307,1	1,1
Mar	-4.344,8	-3,4	1.114,5	0,9	4.435,9	3,4
Abr	-3.083,0	-2,4	1.285,6	1,0	3.752,7	2,9
Mai	-788,7	-0,6	987,3	0,7	3.266,4	2,4
Jun	-2.785,7	-2,1	1.543,3	1,2	3.763,7	2,8
Jul	-2.168,1	-1,6	2.018,6	1,5	3.241,7	2,4
Ago	-1.099,0	-0,8	1.098,4	0,8	1.961,7	1,4
Set	-2.767,1	-2,0	1.265,5	0,9	3.450,4	2,5
Out	-1.454,6	-1,0	1.206,2	0,9	2.273,4	1,6
Nov	-976,4	-0,7	1.146,9	0,9	1.563,1	1,2
Dez	-2.922,0	-2,3	2.120,1	1,7	3.350,2	2,6

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a dezembro de 2008 alcançou R\$ 17,5 bilhões, ou seja, 2,0% a mais que no mesmo período de 2007. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$35,4 bilhões até dezembro 2008, contra R\$ 23,6 bilhões no mesmo período de 2007, ou seja, um salto de 50,1%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Jan	13,3	162,9	350,4	12,4	124,5	249,2	0,9	38,4
Fev	12,8	165,6	356,1	12,0	129,2	258,6	0,8	36,4
Mar	12,6	165,3	355,5	11,6	131,3	262,7	1,0	34,1
Abr	14,1	166,9	359,0	12,3	135,3	270,8	1,7	31,6
Mai	19,3	172,6	371,1	15,2	140,8	281,7	4,1	31,8
Jun	18,6	178,1	382,9	15,9	147,3	294,8	2,7	30,7
Jul	20,5	184,4	396,5	17,1	153,7	307,5	3,3	30,7
Ago	19,7	189,1	406,5	17,5	159,6	319,4	2,3	29,5
Set	20,0	194,9	419,1	17,3	166,2	332,6	2,7	28,7
Out	18,5	197,7	425,0	17,3	171,2	342,5	1,2	26,5
Nov	14,8	198,4	426,5	13,1	172,3	344,7	1,6	26,1
Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,2	346,6	2,3	24,7
2009								
Jan	9,8	194,5	418,1	10,3	171,1	342,5	-0,5	23,3

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em janeiro de 2009, totalizaram US\$ 9,8 bilhões.

As importações somaram US\$ 10,3 bilhões, em janeiro de 2009.

O saldo de janeiro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ -0,5 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações em US\$ 194 bilhões.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
2008				
Jan	0,9	-0,1	11,2	11,25
Fev	0,6	0,3	11,2	11,25
Mar	0,8	0,1	11,2	11,25
Abr	0,9	-0,2	11,4	11,75
Mai	0,9	-1,0	11,6	11,75
Jun	1,0	-0,9	12,1	12,25
Jul	1,1	0,0	12,4	13,00
Ago	1,0	1,4	12,9	13,00
Set	1,1	0,7	13,4	13,75
Out	1,2	0,1	13,7	13,75
Nov	1,0	0,9	13,6	13,75
Dez	1,1	1,6	13,7	13,75
2009				
Jan	1,0	0,9	13,4	12,75

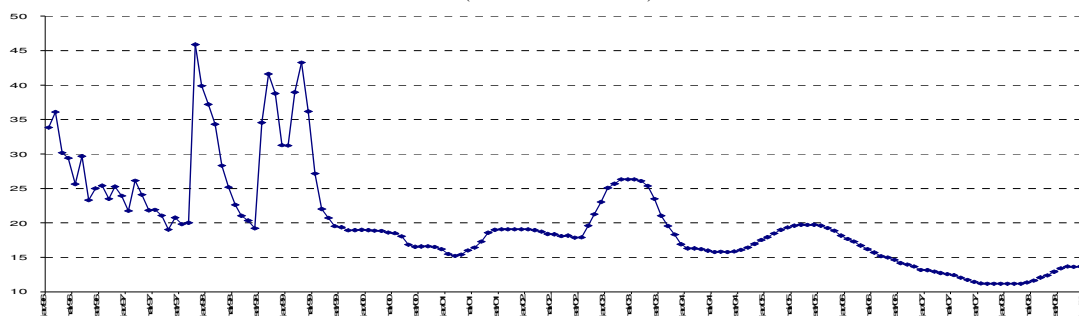
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
	Dez	31,9	11,9	22,3
2008				
	Jan	36,6	13,7	25,7
	Fev	36,9	14,1	26,0
	Mar	35,2	14,7	25,5
	Abr	34,7	14,4	25,0
	Mai	33,5	14,5	24,5
	Jun	34,7	13,9	24,6
	Jul	36,6	14,5	25,6
	Ago	37,6	14,9	26,3
	Set	38,5	14,7	26,4
	Out	39,7	17,7	28,4
	Nov	43,1	18,4	30,1
	Dez	45,0	18,3	30,6

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e flutuante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007						
Jan	237,2	482,5	719,6	18,8	738,5	30,7
Fev	237,2	492,5	729,8	18,8	748,5	30,9
Mar	238,0	500,9	738,9	18,5	757,5	31,1
Abr	239,7	518,6	758,3	19,0	777,3	31,6
Mai	240,2	530,0	770,3	18,7	788,9	31,9
Jun	242,5	538,8	781,3	18,6	799,9	32,0
Jul	245,2	554,4	799,6	18,3	817,9	32,4
Ago	251,5	572,3	823,8	18,5	842,3	32,8
Set	255,1	583,9	838,9	18,4	857,3	33,0
Out	262,2	601,1	863,3	18,3	881,6	33,6
Nov	269,0	623,1	892,1	18,6	910,7	34,2
Dez	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,2
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	34,5
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,5
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	35,8
Mai	298,8	726,5	1.025,3	19,6	1.044,9	36,1
Jun	303,9	744,4	1.048,4	19,3	1.067,7	36,3
Jul	307,5	758,9	1.066,4	19,5	1.085,9	36,7
Ago	311,9	777,9	1.089,8	20,4	1.110,3	37,6
Set	323,0	808,2	1.131,2	21,3	1.152,5	38,7
Out	335,6	827,8	1.163,4	21,6	1.185,1	39,5
Nov	343,9	840,1	1.184,0	24,4	1.208,4	40,4
Dez	355,5	844,7	1.200,2	27,2	1.227,4	41,3

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.